

REDE URBANA E CIDADES MÉDIAS DO BRASIL¹

Diana Meirelles da Motta²

Cláudio Egler³

SINOPSE

Este texto relata a trajetória da linha de pesquisa Rede Urbana do Brasil e Cidades Médias, instituída a partir da criação da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea) e da Coordenação-Geral de Política Urbana, em 1996, iniciada com o projeto Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, cujos objetivos se centraram na análise e na compreensão da rede urbana regional, nacional e sul-americana, visando à sua caracterização e tendências, sendo apresentados seus principais resultados, desdobramentos e contribuições às políticas urbana e regional – até os dias atuais – com o projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil. Nesse estudo, a finalidade foi a elaboração de um quadro de referência para subsidiar, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a identificação de uma rede policêntrica de cidades em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do país. O estudo partiu das áreas urbanizadas tratando da sua identificação e caracterização na rede urbana, como, também, da competitividade, resultando na seleção de cidades médias para fins de política regional e urbana. Na governança, foram avaliadas as condições urbanas e o padrão de urbanização dessas cidades selecionadas. Apontam-se, também, os principais estudos realizados, os quais contaram com a valiosa colaboração de entidades nacionais e estaduais quanto à configuração da rede urbana e das cidades médias, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, espacial e funcional das cidades brasileiras.

Palavras-chave: rede urbana; cidades médias; Brasil.

A linha de pesquisa Rede Urbana do Brasil foi instituída em 1996, a partir da criação da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur), a qual instruiu a elaboração de pesquisa em rede nacional de instituições, no âmbito da Coordenação Geral de Política Urbana, realizando vários estudos em parceria com instituições nacionais e internacionais.

Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil foi o primeiro estudo dessa linha de pesquisa, sendo sucedido pelas pesquisas: Dinamismo das Cidades Médias do Brasil (2010) e Rede Urbana do Brasil e da América do Sul (2010), ambas elaboradas no período 2000-2010. Mais recentemente, visando à elaboração de um quadro de referência para subsidiar políticas públicas em cidades médias do Brasil,⁴ foi instituído o projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil (2021-2023).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30art16>

2. Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea.

3. Pesquisador colaborador do Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

4. Corresponde às médias concentrações urbanas (IBGE, 2016), o conceito de cidade média será mostrado adiante.

Essa linha de pesquisa contribuiu com o plano de trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e com o debate sobre políticas públicas urbanas e regionais, subsidiando outros estudos e ações nas esferas federal e estadual. Tais estudos não esgotam o elenco de outras pesquisas realizados pelo Ipea que delinearão outras abordagens em livros, *Textos para Discussão*, e outros.

A pesquisa *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (1998-2000)* foi elaborada conjuntamente pela Dirur/Ipea, com a Diretoria de Geociências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Degeo/IBGE) e o Núcleo de Estudos Sociais Urbanos e Regionais (Nesur) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), constituindo amplo esforço de pesquisa com a cooperação de especialistas e entidades.⁵

O trabalho buscou atualizar a análise sobre a rede urbana do país, dado que os últimos trabalhos sobre esse tema tinham sido elaborados em 1984, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), no âmbito do Ministério do Interior. Foram analisadas a configuração e as tendências de evolução da rede urbana do país, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras, a fim de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução da política urbana nacional e subsidiar políticas setoriais e territoriais. A caracterização da rede urbana regional identificou as mudanças ocorridas no sistema urbano nas décadas de 1980 e 1990, articulando essas alterações com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional.

Tais análises incorporaram os seguintes estudos do IBGE: *Regiões de Influência das Cidades (Regic)*; *Tipologia dos Municípios Brasileiros*; e *Aglomerções Urbanas para Fins Estatísticos*. As análises também se valeram do estudo *A Dinâmica Espacial dos Sistemas Urbano-Regionais no Brasil*.

O Nesur/IE/Unicamp encarregou-se dos estudos sobre as transformações da rede urbana do Brasil, procedendo a uma análise atualizada das principais mudanças espaciais ocorridas na economia do país e das mudanças decorrentes na dinâmica das economias regionais. Os estudos contaram com a colaboração de órgãos governamentais, universidades e instituições regionais de pesquisa.⁶

5. Ipea – diretor da Dirur: Gustavo Maia Gomes; coordenadora-geral do projeto: Diana Meirelles da Motta; consultores: Hamilton Tolosa e Cláudio Egler. IBGE: coordenação-geral: Cesar Ajara. Nesur/IE/Unicamp – coordenação-geral: Carlos Américo Pacheco. Órgãos e instituições colaboradoras: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), entre outras. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Minas Gerais; Fundação Estadual de Economia – Rio Grande do Sul; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – São Paulo; Fundação João Pinheiro (FJP) – Minas Gerais; Fundação Joaquim Nabuco – Pernambuco; Instituto de Desenvolvimento Econômico e Industrial – Espírito Santo; Instituto de Desenvolvimento Industrial – Minas Gerais; Ipardes – Paraná; Secretaria de Desenvolvimento e Integração do Mercado Comum do Sul (Mercosul) – Santa Catarina; Sudam, Sudene/Grupo de Contas Regionais – Pernambuco; Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)/Departamento de Economia; Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)/Departamento de Economia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de São Carlos – São Paulo; Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/Centro de Pesquisa e Documentação.

6. Toda a equipe técnica do estudo consta na publicação da série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (Ipea, IBGE e Unicamp, 2001a; 2001b; 2001c; 2001d; 2001e).

O Degeo/IBGE desenvolveu o conjunto de estudos que incluiu a atualização dos trabalhos sobre hierarquia urbana, rede de influências das cidades, aglomerações urbanas para fins estatísticos, tipologia dos municípios brasileiros, hierarquização dos sistemas urbanos e de categorização de cidades. Também foram elaborados os estudos: Mudanças Recentes e Perspectivas da Urbanização em Nível Mundial e no Brasil; Principais Características da Urbanização Brasileira; Dinâmica Espacial dos Sistemas Urbano-Regionais do Brasil;⁷ e Cidades Globais.⁸

A pesquisa foi publicada em edição conjunta do Ipea, do IBGE e do Nesur/IE/Unicamp, reunidos em seis volumes que integraram a série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Seus resultados foram aplicados na formulação e implementação de políticas urbanas e regionais de âmbito federal e estadual, subsidiando análises sobre o desenvolvimento urbano e regional no Brasil, aos setores público e privado. A pesquisa apoiou programas e atividades na agenda governamental – regionalização do Sistema Nacional de Saúde (SUS), planejamento regional da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), identificação das cidades turísticas (Ministério do Turismo), identificação das cidades históricas (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan), Agenda 21 Brasileira: Cidades Sustentáveis, estudo Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração, e outros. Em âmbito estadual, subsidiou os estudos sobre a regionalização do estado de São Paulo e outros trabalhos. No setor privado, auxiliou entidades bancárias, comerciais e redes logísticas.

O estudo Dinamismo das Cidades Médias do Brasil (2008-2010) avaliou a tipologia e o desempenho do crescimento econômico e demográfico das cidades médias no período 2000-2007, mediante análise comparativa com as cidades de pequeno e grande porte.

O trabalho definiu como critério referencial básico de cidade média o tamanho populacional – aquela cuja população municipal situava-se entre 100 mil e 500 mil habitantes em 2000 – também amplamente utilizado por pesquisas nacionais e internacionais.⁹ Observou-se que outros critérios poderiam ser utilizados para traduzir a diversidade de funções dessas cidades, sendo reconhecidas, também, pelo papel que exercem no território e no âmbito da rede urbana do país, onde municípios com população inferior a 100 mil habitantes, devido às peculiaridades do sistema urbano regional, podem exercer funcionalidades de centros urbanos secundários. Assim, foram identificadas 193 cidades médias em 2000, e 217 em 2007,¹⁰ as quais situam-se, no estudo Regic, nas posições capital regional C e centro sub-regional A¹¹ (IBGE, 2008).

A pesquisa revelou que as cidades médias apresentaram maior crescimento do que as pequenas e grandes cidades do Brasil, e, como resultado, ganharam importância na economia nacional. No período 2000-2007 essas cidades médias possuíam o maior crescimento do produto interno bruto (PIB), do emprego formal e da população. Averiguou-se que de cada

7. Estudo elaborado pelo consultor Cláudio Egler.

8. Estudo elaborado pelo consultor Hamilton Tolosa, da Fundação Cândido Mendes, e Maria de Fátima Araújo, da Fundação Seade.

9. Ver estudo do Ipea elaborado por Thompson Andrade e Rodrigo Serra (Ipea, 2001).

10. Em 2007, 217 cidades médias.

11. Capital regional C: cidades com capacidade de gestão no nível inferior ao das metrópoles, área de influência de âmbito regional sendo referidas como destino. Para um conjunto de atividades, por grande número de municípios, apresentando mediana de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos. Centro sub-regional: cidades com atividades de gestão menos complexas (entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial) têm área de atuação mais reduzida.

R\$ 1,0 de acréscimo no PIB brasileiro, R\$ 0,40 tinha sido gerado pelas cidades médias. O dinamismo dessas cidades advinha, principalmente, do setor industrial, seguido pelo setor de serviços. Durante o período analisado, as cidades médias com maior crescimento econômico possuíam algumas características em comum, tal como a forte presença do setor petróleo e de outras *commodities*.

Foi verificado maior crescimento populacional dessas cidades no período 2000- 2007, em ritmo mais elevado (mais de 2% ao ano – a.a.) do que as cidades com população superior a 500 mil habitantes, (1,43% a.a.) e as cidades menores que 100 mil habitantes (1,15% a.a.). Foi também revelado expressivo crescimento de seu PIB entre 2002 e 2006: 5,3% a.a, superior ao das cidades com mais de 500 mil habitantes (2,41% a.a.) e ao das cidades de pequeno porte (3,51% a.a.). O estudo também analisou a posição das cidades médias na hierarquia urbana, e sua tipologia territorial: i) isolada, não integrante de aglomeração urbana; ii) núcleo de aglomeração urbana metropolitana – integrante de aglomeração urbana metropolitana; e iii) integrante de aglomeração urbana não metropolitana. O trabalho utilizou ampla base de dados demográficos e socioeconômicos.¹²

O estudo foi publicado em forma de artigo na primeira edição do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, de 1º de dezembro de 2008 (Motta e Mata, 2008), e no livro *Estrutura Produtiva Avançada e Regionalmente Integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais* (Ipea, 2010), tendo resultados amplamente divulgados, inclusive com a edição do caderno especial *As 20 Metrôpoles do Futuro da Revista Veja* (Revista Veja, 2010).

O projeto Rede Urbana do Brasil e da América do Sul (2007- 2010), elaborado pela parceria entre o Ipea e a Associação Nacional de entidades das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes),¹³ representou a continuidade das análises sobre as transformações ocorridas na rede urbana do país,¹⁴ sendo concebido em duas dimensões: i) no âmbito nacional, com a pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados; e ii) na escala continental, com a pesquisa Rede Urbana e Integração Produtiva no Brasil e na América do Sul.

A pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados contou com a participação de doze instituições da Anipes em dez estados (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo). O trabalho enfocou o processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades nesses estados e teve por objetivo analisar os sistemas urbanos estaduais no período 2000-2010. Foi também sua finalidade contribuir com o fortalecimento da base conceitual e analítica para os estudos de rede urbana. Além disso, a pesquisa tratou dos parâmetros conceituais e análises sobre tipologias e aspectos territoriais e setoriais da urbanização brasileira e suas interfaces com a rede urbana – metropolização, cidades médias, cidades de fronteira, rede urbana da Amazônia, indústria do petróleo, e, integração produtiva e rede urbana. A pesquisa constituiu, portanto, uma contribuição respaldada em extensivo esforço de trabalho, aprofundando e atualizando as análises sobre a rede urbana do Brasil, sendo incorporada a parte do estudo sobre Rede Urbana e Integração Produtiva no Brasil e na América do Sul, que analisou o papel dos centros urbanos enquanto elementos estruturadores da base produtiva nas escalas Brasil e América do Sul. A pesquisa foi coordenada pela coordenação de desenvolvimento urbano da

12. Censo Demográfico (IBGE, 2000); contagem populacional (IBGE, 2007); PIB dos municípios (IBGE 2002; 2006); Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (Brasil, 2008b); Relação Anual de Informações Sociais (Rais) (Brasil, 2002; 2007); cadastro do Programa Bolsa Família (Brasil, 2004; 2008a) e dados do Fundo de Participação dos Municípios.

13. Também foi concebido o projeto Licenciamento Ambiental para Fins Urbanísticos: Avaliação de Instrumentos e Procedimentos.

14. O projeto contou com a colaboração dos consultores Carlos Américo Pacheco, Cesar Ajara e Cláudio Egler.

Dirur/Ipea,¹⁵ contando com a colaboração de ampla equipe técnica e assistentes de pesquisa devidamente indicados no livro *Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces* (Ipea, 2011), em que estão apresentados os seus resultados.

A pesquisa Rede Urbana e Integração Produtiva no Brasil e na América do Sul apontou as tendências de integração produtiva e dos sistemas urbanos dos países da América do Sul mediante a análise da dinâmica territorial e da identificação das inter-relações com a rede urbana do Brasil, de forma a contribuir com a formulação de políticas públicas de integração e articulação das cidades da região. A pesquisa contou com a contribuição de pesquisadores do Ipea, com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e com a participação técnica do Iparides.¹⁶

Foram apresentados os referenciais básicos para metodologia de identificação do sistema urbano da América do Sul, sendo testados critérios de seleção de centros urbanos com possibilidade de integração, sendo elaborado o manual para estudos de fragmentação e cadeias produtivas em áreas urbanas. Analisou-se como a existência de redes urbanas influencia a formação de setores produtivos, e como a formação de indústrias impacta a formação e o fortalecimento de redes urbanas. A pesquisa apontou que a estrutura urbana na América do Sul está em processo de construção, apesar das disparidades existentes entre as distintas estruturas nacionais, sendo publicada, conjuntamente, pelo Ipea, Cepal e Iparides (2015).

O projeto Competividade e Governança das Cidades Médias do Brasil (2021-2023) teve o objetivo de apresentar um quadro de referência para subsidiar políticas públicas em cidades médias do Brasil e identificar suas tendências de desenvolvimento, visando ao aumento da competitividade urbana – mediante a promoção de investimentos em infraestrutura e em outras áreas estratégicas – e melhoria da governança urbana, visando ao desenvolvimento urbano e regional sustentável. Foi também sua finalidade contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução de políticas públicas necessárias à superação dos problemas socioeconômicos, do desenvolvimento urbano, do uso e da gestão territorial, mediante o aperfeiçoamento de instrumentos urbanísticos, territoriais e ambientais. O estudo contou com o apoio institucional da Subsecretaria de Infraestrutura Subnacional do Ministério da Economia¹⁷ que prestou valioso apoio e colaboração.

O trabalho procedeu uma análise atualizada das principais mudanças espaciais ocorridas no sistema urbano e das características funcionais das cidades médias a partir dos complexos geoeconômicos – Amazônia, Nordeste e Centro-Sul – em três vertentes: i) base conceitual e estudos referenciais; ii) sistema urbano, centralidade e competitividade; e iii) governança – condições urbanas, base econômica e planejamento territorial.

A base conceitual e estudos referenciais contemplaram as dinâmicas econômica e demográfica das áreas urbanizadas do país, a identificação do universo das cidades médias do estudo, sua hierarquia no sistema urbano e distribuição territorial.

15. Coordenadores da pesquisa: Diana Meirelles da Motta (2007-2008), Daniel da Mata e Rafael Pereira (2009).

16. A pesquisa foi elaborada pelos consultores Cláudio Antonio Gonçalves Egler, da UFRJ, e Renato G. Flôres Junior, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da UFRJ. O Ipea apoiou a realização de entrevistas prospectivas sobre os temas da pesquisa e suas inter-relações com atores brasileiros dos setores público e privado relevantes para as discussões.

17. Foram coordenadores institucionais do estudo no Ipea: na Dirur – Nilo Saccaro (diretor), Bolívar Pêgo, (diretor adjunto) e Márcio Bruno Ribeiro (coordenador de desenvolvimento regional); na equipe técnica – Diana Meirelles da Motta (coordenação técnica), Márcio Bruno Ribeiro, Cláudio Egler, Ederson Nascimento, Fernando Araújo Sobrinho e Rodrigo Arruda. No apoio institucional, Fábio Ono, subsecretário de Planejamento da Infraestrutura Subnacional do Ministério da Economia, e Paulo Ávila, coordenador-geral na referida subsecretaria, prestaram apoio institucional com valiosas colaborações ao estudo.

O conceito de cidade média adotado evoluiu em relação ao estudo de 2008, sendo considerada a base conceitual das concentrações urbanas (IBGE, 2015), a partir dos seguintes critérios: arranjos populacionais (APs) (nacionais e internacionais) e municípios isolados; centralidade e função na rede urbana (IBGE, 2020); características espaciais e funcionais (não integrar área metropolitana); e tamanho populacional, sendo considerado: população menor do que 700 mil habitantes e maior ou igual a 100 mil habitantes (Centro-Sul) população menor do que 700 mil habitantes e maior ou igual a 75 mil habitantes (Amazônia e Nordeste). Assim, foram identificadas 230 cidades médias não integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e em processo de expansão da sua área de influência, sendo constituídas por 93 APs (e seus municípios integrantes), e 137 municípios isolados, totalizando 461 municípios.

A análise do sistema urbano, da centralidade e da competitividade, partiu de 57 indicadores e base de dados georreferenciada para os 461 municípios que formam o conjunto das cidades médias, constituídas por APs e municípios isolados, conforme definidos no estudo Regic 2018 (IBGE, 2020).

A avaliação da centralidade¹⁸ selecionou 67 cidades compreendendo suas funcionalidades na rede urbana do Brasil e as premissas do estudo. Foram selecionados 8 vetores de análise (hierarquia urbana e região de influência, dinamismo demográfico, dinamismo econômico, centralidade na gestão empresarial, fluxos e infraestrutura regional, centralidade na gestão pública, na saúde e na educação, compreendendo 16 indicadores, os quais foram submetidos a teste e análises de correlação utilizando-se a Análise das Componentes Principais (ACP).¹⁹

A avaliação da competitividade territorial²⁰ selecionou 24 cidades médias a partir da análise de 27 indicadores contemplando os vetores: economia e finanças, inovação, e infraestrutura e logística. Na economia e finanças os indicadores permitiram análises evolutivas acerca do comportamento das cidades médias selecionadas, por exemplo, a diferença entre o ritmo de expansão do valor adicionado bruto (VAB) pela agropecuária e pela indústria no período 2010-2018 (IBGE, 2010; 2018) revelando a expansão do agronegócio em expressivo número de cidades médias, seja na Amazônia, no Nordeste e no Centro-sul. Entretanto, a indústria apresentou visível retração no VAB no período considerado, inclusive no setor de extração mineral.

A partir de indicadores de economia e finanças, expansão da agropecuária e atividade mineral e fronteira terrestre internacional, educação, saúde, inovação e logística, foi realizada a avaliação integrada da centralidade com o potencial de competitividade²¹ que resultou na seleção de setenta cidades médias para fins de políticas públicas, com vistas à estruturação de um sistema policêntrico de apoio à desconcentração e ao desenvolvimento nacional. Essa avaliação possibilitou a identificação de cidades-polo de articulação e integração regional, com função de apoio à desconcentração e fortalecimento da rede urbana, em

18. Definida como a capacidade de a cidade oferecer bens e serviços para a sua área de influência.

19. Técnica de estatística multivariada.

20. Definida como a capacidade de a cidade oferecer um ambiente atraente e sustentável para empresas e residentes viverem e trabalharem.

21. Centralidade urbana entendida como a capacidade de a cidade fornecer bens e serviços urbanos para sua população e sua área de influência, constituindo-se polo de atração regional. O estudo adotou o conceito de competitividade territorial, definida como a capacidade de a cidade oferecer um ambiente atraente e sustentável (em médio e longo prazos) para empresas e residentes viverem e trabalharem.

zonas de expansão da agropecuária, na fronteira internacional terrestre e com relevância na centralidade dos serviços de saúde e educação.

Também foram identificados os principais processos espaciais e econômicos das cidades selecionadas: desenvolvimento econômico e desconcentração produtiva; modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola; integração transfronteiriça internacional (cidades de fronteira); fluxos, infraestrutura regional e reestruturação logística (portos marítimos e fluviais, portos secos, ferrovias e rodovias); inovação e expansão dos serviços (financeiros, turísticos e outros).

A vertente governança foi avaliada a partir de componentes para análise das 70 cidades selecionadas e dos 32 estudos de caso compreendendo: expansão urbana, densificação, dinâmica urbana, finanças municipais, condições urbanas, padrão de urbanização e planejamento territorial. Neste último foi realizada avaliação de eficácia de instrumentos de planejamento urbano²² (planos diretores municipais e outros), a partir de questionário enviado às prefeituras municipais, incluindo, padrão de urbanização, participação da sociedade e tecnologia da informação, e articulação municipal-consórcios municipais.

O projeto utilizou ampla base de dados com indicadores socioeconômicos, demográficos, e georreferenciados, nas três vertentes de análise, devidamente identificados nos relatórios de pesquisa. A elaboração dos mapas foi realizada a partir de dados do IBGE e do portal Open Street Map. Toda a infraestrutura de dados georreferenciados constituiu esboço de futura plataforma digital compreendendo: i) banco de dados em linguagem de consulta estruturada (*structured query language* – SQL); ii) mapas disponibilizados através do servidor Geoserver; e iii) *software* de tratamento e visualização de informações estatísticas (*business intelligence* – BI).

O dinamismo econômico e demográfico das cidades médias do Brasil no período 2010-2020, tem se revelado, principalmente, pela atividade de serviços e da agricultura, que vem fortalecendo suas funções, elevando sua importância na rede urbana, notadamente, na base logística das frentes de expansão agropecuária e mineral. Conforme o Censo de 2022, as concentrações urbanas que apresentaram as maiores taxas de crescimento geométrico do país são cidades médias: Sinop (Mato Grosso) (4,69%), Parauapebas (Pará) (4,68%), o AP de Itajaí-Balneário Camboriú (Santa Catarina) (3,2%), Boa Vista (Roraima) (3,17%) e o AP de Chapecó (2,82%) – bem acima da taxa de (0,52%) de crescimento anual da população do país no período 2010-2022.

A linha de pesquisa Rede Urbana do Brasil tem contribuído com o plano de trabalho da Dirur/Ipea, respaldada em extensivo esforço de pesquisa, subsidiando políticas públicas, e contribuindo para o debate do processo de urbanização do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Fundo de Participação dos Municípios**: 2000. Brasília: STN, 2000.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (Rais)**: 2002. Brasília: MTE, 2002.

22. Estabelecidos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal de 2001) – a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE, 2017; 2018; 2019).

- _____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro do Programa Bolsa Família**: 2004. Brasília: MDS, 2004.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (Rais)**: 2007. Brasília: MTE, 2007.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro do Programa Bolsa Família**: 2008. Brasília: MDS, 2008a.
- _____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Fundo de Participação dos Municípios**: 2008. Brasília: STN, 2008b.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. **Produto interno bruto dos municípios**: 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- _____. **Contagem populacional 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- _____. **Produto interno bruto dos municípios**: 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- _____. **Regiões de influência das cidades**: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. **Valor Adicionado Bruto (VAB)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- _____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- _____. **Valor Adicionado Bruto (VAB)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- _____. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.
- _____. **Produto interno bruto dos municípios**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Rede urbana e integração produtiva no Brasil e na América do Sul**. Brasília: Ipea, 2015.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: Ipea, 2000. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil, v. 6).
- _____. **Configuração atual e tendências da rede urbana**. Brasília: Ipea, 2001a. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil, v. 1).
- _____. **Estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. Brasília: Ipea, 2001b. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil, v. 2).
- _____. **Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana**. Brasília: Ipea, 2001c. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil, v. 3).
- _____. **Redes urbanas regionais**: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília: Ipea, 2001d. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil, v. 4).

_____. **Redes urbanas regionais:** Sudeste. Brasília: Ipea, 2001e. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil, v. 5).

MOTTA, D. M.; MATA, D. da. Crescimento das cidades médias. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 1, p. 33-43, 2008.

_____. Dinamismo das cidades médias do Brasil. *In*: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (Ed.). **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada:** diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais. Brasília: Ipea, 2010. v. 5. p. 99-124.

MOTTA, D. M. da. *et al.* **Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil:** referencial conceitual e metodológico (relatório 1). Brasília: Ipea, 2022a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11006>. Acesso em: 30 jul. 2023.

_____. **Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil:** sistema urbano, centralidade e competitividade das cidades médias (relatório 2). Brasília: Ipea, 2022b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11527>. Acesso em: 30 jul. 2023.

_____. **Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil:** governança das cidades médias do Brasil – condições urbanas, base econômica e planejamento territorial (relatório 3). Brasília: Ipea, 2023.

PEREIRA, R.; FURTADO B. (Org.). **Dinâmica urbana-regional:** rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

REVISTA VEJA. As 20 metrópoles do futuro (caderno especial). **Revista Veja**, edição 2180, ano 43, n. 35, 2010.